



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

41  
VDS

Habeas Corpus nº: 206.210-4  
Comarca: Recife  
Vara: 4ª Vara Criminal  
Impetrante: Fábio José de Almeida Lima  
Paciente: Edvarcio Bezerra dos Santos  
Procuradora de Justiça: Janeide Oliveira de Lima  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos

133

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. FLAGRANTE. EXCESSO DE PRAZO. FEITO COMPLEXO. PLURALIDADE DE RÉUS. JUSTIFICATIVA. RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DE COAÇÃO ILEGAL.

1. Cuida-se de feito complexo, dada a pluralidade de réus e a necessidade de cumprir o novo rito processual instituído pela Lei nº 11.719/08, com a citação do réu para responder à acusação.
2. O retardo verificado ainda se encontra dentro do sítio da razoabilidade e devidamente justificado, não decorrendo de desídia do juiz ou do aparato judicial, mas de incidentes próprios do regular trâmite processual, circunstâncias que afastam por completo a alegada coação extralegal por excesso de prazo.
3. Ordem denegada à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, por unanimidade, pela denegação da ordem, nos termos do voto do Relator e demais peças que integram o julgado.

Recife, 09 de fevereiro de 2010.

Des. Fausto Campos

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

49  
12

Habeas Corpus nº: 206.210-4  
Comarca: Recife  
Vara: 4ª Vara Criminal  
Impetrante: Fábio José de Almeida Lima  
Paciente: Edvando Bezerra dos Santos  
Procuradora de Justiça: Janeide Oliveira de Lima  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos

134

RELATÓRIO:

Impetra-se o presente Habeas Corpus, com pleito urgencial, em favor de **Edvando Bezerra dos Santos**, denunciado perante o Juízo da 4ª Vara Criminal da Capital, ora indigitado coator, nos autos do Proc. nº. 001.2009.143305-4, por infração ao art. 157, § 2º, incs. I, II e V, do Cód. Penal, sob alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Inicial instruída com os documentos de fls. 07/15.

Pleito liminar indeferido (fl. 22). Informações requisitadas (fl. 23).

Por ofício de fls. 29/30, o Juízo a quo noticia a marcha do feito e a designação de audiência de instrução e julgamento para 10.03.2010.

A Procuradoria de Justiça, por parecer de fl. 36/37, da lavra da Drª. Janeide Oliveira de Lima, opinou pela denegação da ordem.

Es o importante a relatar.

VOTO:

Pretende-se a concessão da ordem para desconstituir a prisão flagrancial imposta ao Paciente sob alegação de excesso de prazo.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

135

O Paciente, juntamente com dois corréus, foi preso e autuado em flagrante delito no dia 22.10.2009 e se encontra preso desde então, lhe sendo imputada a prática de roubo duplamente qualificado.

Segundo notícia o juiz impetrado, a denúncia foi ofertada em 04.11.2009 e recebida no dia 10.12.2009, oportunidade em que foi ordenada a citação dos acusados para oferecer resposta à acusação.

Citados, os acusados ofereceram defesa preliminar, em data não especificada, sendo então designada a audiência una de instrução e julgamento para o dia 10 de março vindouro, quando então certamente será encerrada a coleta de provas e realizado o julgamento da ação penal.

Percebe-se, portanto, que o pequeno retardo verificado para o início da coleta de provas se encontra justificado pela complexidade do feito, dada a pluralidade de acusados e a necessidade de se observar o rito processual instituído pela Lei nº 11.719/2008, estando ainda situado dentro do sítio da razoabilidade, circunstâncias que afastam por completo a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa.

Para configurar coação ilegítima, mister que o eventual retardo verificado seja irrazoável e imputável à desídia do juízo, do aparato judicial, ou do Órgão Ministerial, o que inócorre no caso vertente.

Ante o exposto, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 09 de fevereiro de 2010.

Des. Fausto Campos

Relator